PRIFYSGOL BANGOR / BANGOR UNIVERSITY

"Nossoutros, se tivéssemos para onde ir, nao vínhamos para aqui: comunidades de sentido nos Assentamentos de Colonizaçao da Terra Cha"

Miguelez-Carballeira, Helena; de Pablo, Javier

Clara Corbelhe

Published: 21/12/2021

Peer reviewed version

Cyswllt i'r cyhoeddiad / Link to publication

Dyfyniad o'r fersiwn a gyhoeddwyd / Citation for published version (APA):
Miguelez-Carballeira, H., & de Pablo, J. (2021). "Nossoutros, se tivéssemos para onde ir, nao vínhamos para aqui: comunidades de sentido nos Assentamentos de Colonizaçao da Terra Cha". *Clara Corbelhe*, *1*, 69-78.

Hawliau Cyffredinol / General rights
Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

• Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
• You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
• You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal ?

Take down policy
If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

28. Apr. 2024

ENTREVISTA

«Nossoutros, se tivéramos para onde ir, não vínhamos para aqui»: comunidades de sentido nos Assentamentos de Colonização da Terra Chã

por Helena Miguélez-Carballeira e Javier de Pablo

Quem visite o cemitério do Arneiro, um dos assentamentos agrícolas criados polo *Instituto Nacional de Colonización* franquista na Terra Chã, terá de contado uma mesta sensação de jerarquia. Ao entrar, frente à porta, atopa-se o enorme panteão de Odón Fernández Lavandeira, engenheiro agrónomo, diretor geral do *Ministerio da Agricultura* nos anos cinquenta e executor da colonização das áreas de Pumar, O Arneiro e Matodoso, na Terra Chã. Trata-se do único panteão individual do cemitério, em cuja lápida se pode ler a inscrição que segue: «En el silencio da Terra Cha aguarda la resurrección D. Odón Fernández Lavandeira Villamil, hijo adoptivo de estas tierras, a las que amó profundamente». De Dom Odón, que morreu na sua residência em Madrid mas pedira em vida ser enterrado no cemitério de Arneiro, dizem os colonos e capatazes agrónomos que com ele trataram que era uma «mui boa pessoa»: «ele foi o que véu por aqui, que daquela havia as tabernas: falava com um, falava com outro. Ademais era um homem mui agradável, que te via e falava contigo, dizia-che as cousas como tinha que dizê-las», dixo o antigo capataz do Arneiro (ou *mayoral*, como o chamavam os próprios membros da comunidade) durante uma entrevista realizada polo Espaço Clara Corbelhe em agosto de 2021.

Desde o seu posto no regime franquista, Dom Odón foi um agente local chave na expropriação e emergente exploração capitalista de territórios rurais galegos, incluindo o que ele denominou «a conquista para a produção agrícola e gandeira dos terrenos da Lagoa de Antela» (Fernández Lavandeira, 1967: 9), outra das obras *estrela* do *Instituto Nacional de Colonización* (INC) na Galiza. No informe que ele mesmo preparou para o INC sobre os benefícios de dessecar a lagoa, o engenheiro destacava um por um os «sintomas carenciais» do território, com vistas a «corrigir deficiências» e deste jeito levar as terras «ao umbral de fertilidade que permita a exploração com carácter permanente em condições de rentabilidade económica» (Fernández Lavandeira, 1967: 10).

Como aprendemos de investigações da especialista Ana Cabana, os processos através dos quais uma determinada área era elevada à atenção do INC para ser declarada «Zona de Interés Nacional» exigia a realização prévia de informes técnicos (Cabana 2010). Na Galiza, estes adoitavam ser preparados por engenheiros-chefe do INC no território, peritos do *Instituto de Investigaciones Geológicas, Edafológicas y Agrobiológicas de Galicia*, do CSIC ou de empresas com um claro interesse em que se apressara o processo industrializador das explorações agrícolas galegas, como CALFENSA ou UTECO (predecessor de COREN). Estes informes, verdadeiros documentos da acumulação primitiva contemporânea do capitalismo franquista na Galiza, eram escritos polo método do corta-e-cola, aproveitando idênticos parágrafos para informes de territórios tão diversos como o Val de Lemos (1968), Mondonhedo (1969) ou Carvalho e Coristanco (1970). Entre as suas funções estava a de desvalorizar as práticas agrícolas das populações autóctones, para além das próprias qualidades do solo. Desse modo, erguiam-se as bases discursivas para a expropriação e usufruto de terras agrícolas galegas, muitas delas em regime de monte comunal, aproveitando as diversas gamas semânticas que o termo «colonização» oferecia à ansiedade pós-imperial

franquista e fazendo-as convergir com práticas biopolíticas características dum poder colonial atuante sobre as populações rurais: a vigilância de subjetividades, a autoridade, a economia extrativista e a subalternização do conhecimento (Mignolo 2019).

Peça destacada desta engrenagem, o engenheiro Odón Fernández Lavandeira não só tem um lugar destacado no cemitério onde descansam os restos da gente que houvo de «trabalhar mais do que um trator pequeno», como nos explicou umha mulher labrega e antiga colona do Matodoso entrevistada polo Espaço Clara Corbelhe, quem deseja ficar no anonimato. «Odón Fernández Lavandeira» é também o nome de uma avenida em Castro Ribeiras de Lea, facto que nos leva a interrogar que políticas de memória queremos ativar para aqueles que, em nome da modernidade e progresso franquistas, multaram, desprezaram e deslocaram à nossa gente labrega, num processo de expropriação de terra, jeitos de vida e saberes comunitários cujas consequências materiais e simbólicas estamos a padecer profundamente na Galiza do século XXI.

A questão de que políticas da memória devem operar com respeito aos artífices do espólio ecológico franquista na Galiza interpela-nos, pois está-se a dar um verdadeiro *boom* de publicações memorialísticas sobre as ações e legados do INC a nível estatal, se calhar estimulada polo surgimento na esfera pública e política espanholas do debate a respeito da chamada «España vacía». Na Galiza, a pegada no cultural e no político das grandes desfeitas socioecológicas do franquismo não é fraca. Não por acaso temos um movimento de emancipação nacional em boa parte articulado arredor dos grandes eventos traumáticos da destruição socioecológica franquista no território, como as obras do salto de Castrelo de Minho em 1966. Contudo, perduram neste âmbito produtos memorialísticos lenes com as diversas formas de violência franquista que transformaram comunidades e território. No Centro de Interpretação da Lagoa de Antela, em Sandiás, as referências ao franquismo passam quase inadvertidas entre uma profusão de painéis sobre a riqueza biológica arrasada. Noutros casos, como nos próprios assentamentos de colonização chairegos, os esforços memorialísticos em chave crítica são ainda inexistentes, um baleiro que deixa espaço (ou que diretamente fomenta) linhas de continuidade entre a institucionalidade do poder franquista antes e depois da morte do ditador.

Tanto o capataz como os colonos entrevistados polo Espaço Clara Corbelhe usaram em várias ocasiões o termo «Junta» para se referirem ao poder institucional com o que tinham de tratar, em uma linha de continuidade na qual o apelido «Fraga» entrava e saía da conversa com frequência. Se como assegurou o antigo capataz de dous assentamentos do INC na Terra Chã, ao acabar o franquismo «aqui não se abandonou a ninguém», abrolha a pergunta de que formas de continuidade institucional tivo o INC no nosso território, continuidades que com certeza houveram de viver de jeito diferencial os seus gerentes (muitos deles recolocados como funcionários nas novas instituições autonómicas) e os colonos que até bem entrado o século XXI seguiam a pagar a «anualidade».

Abrolha também a pergunta de que comunidades de sentido geraram o poder e vigilância violenta do INC na Galiza, aplicados sobre populações padecedoras de carestia e repressão como era a sociedade rural galega dos anos cinquenta. «Fraga, quando criou o Partido Popular, mandou uma carta dizendo que pagando cem pesos entravas no partido», dixo um dos colonos entrevistados no Matodoso, onde ainda fica uma notória placa comemorativa datada do 1968 com o perfil de Franco em relevo, que foi reabilitada no lugar polos próprios colonos segundo nos comenta o entrevistado.

Neste sentido, é doado apreciar o sucesso do discurso paternalista de um regime que, como assinala Ana Cabana, fazia sua a imagem do Estado protetor preocupado por lhe dar à gente labrega casa e meios para acederem à vida pulcra e moderna (os vocabulários da civilização não são alheios aos repertórios do INC). Tratava-se em paralelo, e através de longos períodos em regime de «tutela», de inculcar na sociedade labrega o jeito de pensar (e calcular) do proprietário. «Éramos como o papá com os filhos. Nós dizíamos-lhes: há que sachar aqui ou acolá» relatava o capataz entrevistado ao explicar qual era a sua função perante as pessoas que chegavam às terras de colonização. Como ele mesmo dixo, o objetivo final era «quitar-lhe uma produção ao monte maior que a que tinha, que eram quatro tojos por aí adiante».

O projeto franquista de colonização da Terra Chã, fracassado nos concelhos de Outeiro de Rei e Abadím e aprovado nos de Castro de Rei e Cospeito, foi a alternativa escolhida polas elites locais, em conjunção com a administração franquista, frente o plano de reflorestação com espécies forâneas (pinheiros, neste caso) que já estava em curso. As repercussões das políticas de reflorestação massiva já estavam a se deixar notar entre as populações labregas autóctones. Segundo o capataz do Arneiro, muitas das primeiras famílias de colonos assentadas no Matodoso, no Arneiro e em Veiga de Pumar eram populações deslocadas pola barragem de Negueira de Munhiz ou gente que fugia de Quiroga, onde eram já constantes o acosso e as sanções por seguirem a pastorear em terras capturadas para a produção madeireira industrial. Para as próprias protagonistas da colonização, esta era a única alternativa que oferecia o poder, num contexto no qual a carestia familiar da que provinham levava a parelhas recém-casadas a procurar casa e terras de seu (os critérios de seleção de colonos privilegiavam homens casados já com filhos).

A propaganda franquista sobre a «gesta» da colonização agrícola valeu-se da rede de significados que o Regeneracionismo pós-imperial espanhol já gerara, com a fim de dar um sentido construtivo à experiência do fracasso e humilhação militares sofridas na Guerra de Independência de Cuba. O fracasso do projeto colonial espanhol ultramarino após o 1898 levou à *intelligentsia* do país (desde Joaquín Costa a um primeiro Unamuno) a sonhar uma solução que situasse no plano infraestrutural o novo campo de ação. Como assinala Erik Swyngedouw (2015: 4), o desengano vivido a respeito das glórias exteriores obrigou a estas elites a mirar cara o interior do país, no intuito de reelaborar um imaginário centrado em reconstruir a grandeza imperial ultramarina (já impossível de recuperar) através dum programa de reconstrução nacional. Neste marco, jogou um papel central, como di o próprio Swyngedouw seguindo a Foucault, a transformação das diversas populações rurais do território espanhol cara um «regime biopolítico nacional», isto é, cara o particular modelo franquista de modernidade económica e social. A vasta Terra Chã, mália não ser nunca o alvo de uma política agrária franquista que olhou, sobretudo, para as concas dos rios aragoneses, andaluzes e estremenhos como o seu Dorado, recebeu a atenção dos engenheiros agrónomos franquistas, transformando este feito (até o dia de hoje) as perceções locais do que foi ou não foi progresso em verdadeiras comunidades de sentido. «O meu sogro muitas vezes dizia: mágoa não termos marchado à Espinheira», lembra uma labrega de Vilapene, paróquia de Cospeito.

Uma leitura ligeira do repertório textual associado à política de colonização agrária franquista revela até que ponto a empresa formava parte de uma operação do regime para fixar população dócil em terrenos agrícolas, longe da influência subversiva das cidades. Tal cometimento foi acompanhado dum exercício propagandístico que associava o labor do colono com a épica redentora da conquista de terrenos (não por acaso a «cartilla» em que o

capataz do assentamento apontava as amortizações de cada colono incluía na capa a imagem dum colono com mulher e filho, apontando ao horizonte como o Cristóvão Colombo). No plano jurídico-político, as intervenções do INC na Galiza não figérom mais do que continuar, e mesmo dar um molde e método explícitos, ao secular processo de «colonialismo interior» identificado por Xosé Manuel Beiras n'*O atraso económico de Galicia* (1972). A mostra mais evidente é a colisão denunciada entre uma superestrutura de raigame metropolitana-colonial e as instituições autóctones da Galiza. A própria negociação para a cessão de terras comunais, feita através de alcaldes próximos ao regime de costas às paróquias (das quais se argumentava convenientemente que careciam de personalidade jurídica própria), é boa mostra do jeito em que o regime pisoteou instituições e mecanismos comunitários propriamente galegos, também para desfazer comunidades coesas, dificultando a oposição. No plano económico, os mesmos princípios podem atopar-se na implantação de um modelo fundamentado na criação de um mercado agrícola controlado polo INC, através do assentamento e o controlo de pequenas explorações atomizadas, dependentes na sua produção de espécies forâneas fornecidas polo próprio INC. No caso galego, este processo materializou-se através da substituição das «vacas de trabalho» polo «gado de leite, algo que nesse momento nesta zona era algo bastante desconhecido», como relata o capataz.

Pese aos esforços propagandísticos e discursivos investidos polo regime em assuntos relacionados com a imagem (também a autoimagem que os colonos haviam desenvolver sobre si mesmos andando o tempo), os relatos das próprias pessoas que protagonizaram a colonização deitam claras mostras do difícil que foi para elas fazer-se cargo da sua nova vida. O INC fornecia uma vivenda nova, certo, mas as condições de habitabilidade que atopavam as famílias ao entrarem pola porta ficavam bem por baixo do aguardado: «Quando chegamos aqui, havia as paredes e nada mais [...], nem um prato sequer. Deu-me minha *mamá* que *dios* lhe perdoe umas caçarolinhas de barro que havia para o leite. Não tínhamos nada de nada. Trouxemos umas caminhas para dormir».

Por tanto, foram elas as que, ademais de trabalho arreio, houveram de investir enormes esforços e recursos para rematar uma construção que distava em muito do apresentado polo INC. Como escreveu o *mayoral* nos seus apontamentos privados, que amavelmente mostrou ao Espaço Clara Corbelhe, a ilusão não durava muito numa vizinhança que se mostrara ativa à hora de fazer as solicitudes, mais que no dia da assinatura não se apresentavam: «alguns vinhérom provar, como diziam, e marchavam. Para quem tinha algo de propriedade, vir para o monte era un fracasso, tinham a mentalidade de que o monte era improdutivo, e por esta causa trouxeram gente doutras partes». Também por mor da distância entre a imagem ofertada e a realidade atopada, explica o capataz, «ao melhor vinha-che hoje um e amanhã de manhã já desaparecera». Em concreto, no sector III do Matodoso, o primeiro no que se instalaram colonos, «houvo trasfego de ir e vir. Dos 113 que há no sector, umas 38 parcelas aos dous anos já tinham cambiado de colono e algumas duas ou três vezes».

Contudo, a comparança entre o rebúmbio daqueles anos –«Isto parecia Lugo», dixo o capataz– e o quase baleiro do presente é uma das constantes na conversa com a vizinhança dos antigos Assentamentos de Colonização da Terra Chã. Há um aquele de orgulho, com certeza, nos relatos das experiências vividas, mas também uma taciturnidade (uma sorte de

mutismo aprendido) no momento de falar dos aspetos relacionados com o controlo que o poder franquista exercia sobre as suas vidas e rotinas. «Eles sabiam a nossa vida todos, havia guardas e havia de tudo e viam o que trabalhava e o que não trabalhava. Em riba eram conhecidos», di a mulher colona. Mas «ao fazer-nos donos das parcelas aqui ninguém véu a mais nada». O património arquitetónico dos assentamentos de Colonização que se começa a reclamar como valioso noutras partes do Estado espanhol (Vegaviana em Cáceres é um exemplo) fica ainda por ser descoberto nos assentamentos da Terra Chã galegos, onde as igrejas, escolas, cooperativas e casas de colonos desenhadas polos arquitetos do regime ficam em perfeito estado de deterioro. Mas a política da memória que aqui cumpre não é a que homenageia peritos –nem parasitos– do franquismo. Aguarda, para os assentamentos de Colonização franquistas na Galiza, uma política da memória que deixe falar à nossa gente labrega. As pessoas que, mália terem sido espoliadas, deslocadas, acossadas e controladas por um poder fascista ao qual crem dever-lhe tudo, conseguiram erguer experiências de vida em dignidade.

Bibliografia

Beiras, Xosé Manuel (1972) *O atraso económico de Galicia*. Vigo: Galaxia.

Cabana, Ana (2010) 'De uces e praderías. As paisaxes impostas pola política de colonización franquista', em R. Pérez Moreira e F. J. López González (eds.) *Cultura e paisaxe*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, pp. 135–156.

Fernández Lavandeira, Odón (1967) *La aptitud para el cultivo de los suelos de la laguna de Antela*, Instituto Nacional de Colonización, Vol. 5(31). Madrid: Instituto Nacional de Colonización.

Mignolo, Walter (2019) *El lado más oscuro del Renacimiento: alfabetización, territorialidad y colonización*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

Swyngedouw, Erik (2015) *Liquid Power: Contested Hydro-Modernities in Twentieth-Century Spain*. Cambridge. Massachusetts: MIT Press.